



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

## BAIRROS NEGROS: PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL DA COMUNIDADE DO GESSO E O ENSINO DE HISTÓRIA

*MERYELLE MACEDO DA SILVA<sup>1</sup>*

*ANTONIO MARCOS TORRES<sup>2</sup>*

*HENRIQUE CUNHA JUNIOR<sup>3</sup>*

*REGINALDO FERREIRA DOMINGOS<sup>4</sup>*

**Resumo:** A comunidade do Gesso está situada no bairro Pinto Madeira, que é um bairro negro do município de Crato-CE. O processo de formação territorial do Gesso está atrelado ao racismo urbano, tendo em vista a expulsão da população negra das áreas centrais da cidade através das reformas urbanas. Foi historicamente produzida uma história do Gesso como lugar restrito a zona de protistuição e de tráfico de drogas. Assim, por muito tempo, a comunidade ficou à margem das ideias urbanísticas. O fato é que o Gesso, habitado, majoritariamente, por negras e negros, possui um patrimônio cultural negro, que nos auxilia na compreensão da escrita da cidade. Nesse processo a educação escolar, especialmente, o Ensino de História, tem um papel privilegiado, enquanto campo de discussão da cultura negra local. Nesse contexto, objetivamos analisar os artefatos materiais e imateriais da Comunidade do Gesso e sua implicação no Ensino de História. Para tanto, nos fundamentamos no método da afrodescendência. Compreendemos que o Ensino de História pode contribuir para o processo de visibilização e fortalecimento cultural da Comunidade do Gesso, buscando a construção de uma nova história, onde haja o protagonismo negro e a construção de uma identidade étnica, corroborando para continuidade da luta pelo direito a cidade.

**Palavras-chave:** Comunidade do Gesso, Bairro Negro, Patrimônio cultural negro, Ensino de História .

### 1. INTRODUÇÃO

A comunidade do Gesso está situada no bairro Pinto Madeira, no município de Crato-CE e apresenta elementos em sua formação histórico-cultural que a permite ser classificada no que Cunha Junior (2017; 2019) caracteriza como bairros negros, os quais podem ser compreendidos como áreas formadas por uma maioria populacional negra, que embora excluída socialmente pelo racismo urbano, espacializa uma cultura essencialmente africana, reelaborada conforme os imperativos do lugar.

No trabalho em questão tivemos como principal escopo analisar os artefatos materiais e imateriais da Comunidade do Gesso e sua implicação no Ensino de História. Para tanto,

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Ceará. meryellemacedo@alu.ufc.br.

<sup>2</sup> Universidade Regional do Cariri. marcosresistencia@gmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Ceará. hcunha@ufc.br

<sup>4</sup> Universidade Regional do Cariri. reginaldo.domingos@ufca.edu.br



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

nos fundamentamos no método da afrodescendência, este, na perspectiva de Cunha Junior (2013) permite o estudo dos territórios de maioria negra, buscando visibilizar as produções socioculturais e as problemáticas sociais de tal população.

Nos importa ainda repensar o papel do Ensino de História por uma perspectiva que foge a lógica do eurocentrismo presente na educação escolar, considerando a efetivação da Lei 10. 639/ 2003, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todo currículo da educação básica. Ao ter como base uma perspectiva eurocêntrica, negamos e/ou inferiorizamos os valores e contribuições partilhadas por outros grupos étnicos, especialmente negras e negros, protagonistas na construção histórica e sociocultural dos espaços urbanos e rurais do Crato.

Para que o Ensino de História alcance o objetivo de propiciar o reconhecimento da/o estudante enquanto agente histórico, é preciso que haja a compreensão da realidade que se apresenta no cotidiano. No cotidiano do Gesso se realiza um repertório cultural material e imaterial que ao ser apreendido e compreendido repercute na construção de novas narrativas sobre o lugar, superando o pensamento racista, que restringe a comunidade a uma zona de prostituição e tráfico de drogas, sem evidenciar a cultura e os valores sociais negros que movimentam o lugar.

Para compor esse trabalho, elencamos como artefatos culturais negros, a linha do trem, a arquitetura antiga, os terreiros de umbanda e os grupos culturais. Acreditamos que através do desvelamento do patrimônio material e imaterial, o qual representa formas de ser e estar no mundo dos afrodescendentes, a educação escolar, especialmente o Ensino de História pode contribuir para o processo de visibilização e fortalecimento cultural da Comunidade do Gesso, buscando a construção de uma nova história, onde haja o protagonismo negro e a construção de uma identidade étnica, corroborando para continuidade da luta pelo direito a cidade.

## **2. A ESPACIALIDADE NEGRA DO CRATO**

O município do Crato é conhecido como "Princesa do Cariri", muito em razão do seu pioneirismo social, econômico e cultural. O que não é levado em consideração na referida



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

titulação são aquelas/es que propiciaram de fato a construção e transformação dos espaços rurais e urbanos. De início temos os índios cariris, verdadeiros possuidores da terra e que buscando fugir do genocídio europeu, deixaram-se ser catequizados pela Igreja Católica Apostólica Romana. Segundo Farias Filho (2007), o aldeamento cratense, chamado Missão do Miranda, ocorreu no lugar onde hoje se encontra a Praça da Sé, especificamente em 1740.

Dentre as construções existentes no aldeamento, tinha-se o primeiro templo, dedicado a Nossa Senhora, sendo construído em taipa (GURGEL, 2012). A espacialização da técnica da taipa nos leva a pensar sobre a entrada de africanas/os no território hoje cratense, tendo em vista que segundo Cunha Junior (2010) a taipa é uma técnica de origem africana, amplamente difundida no Brasil com o escravismo criminoso.

É nesse contexto que podemos refletir sobre as chamadas rotas de povoamento do interior nordestino, a saber, o “sertão de fora” tendo como centro irradiador Pernambuco e o “sertão de dentro”, que partia da Bahia. Tais rotas, que eram de fato, processos de invasão e conquista de territórios já habitados pela população indígena, ocorriam a partir da cultura do gado. Seguindo o curso dos rios, currais iam sendo construídos, sendo significativos para alimentação da tropa, para a demarcação do território conquistado e como desenvolvimento econômico. Ao problematizarmos quem detinha os conhecimentos necessários a referida atividade, com base em literaturas afro referenciadas veremos, como afirma Cunha Junior (2011), que a cultura do gado já era desenvolvida em África de forma milenar e sua espacialização foi necessária para o desenvolvimento econômico brasileiro, tanto no período colonial como no imperial.

O estabelecimento das Minas de São José dos Cariris Novos, em 1756, também foi pertinente para a entrada da população africana no Cariri cearense e especialmente no Crato. A referida mina foi construída no atual município de Missão Velha, que a essa época integrava o território cratense. Cortez, Cortez P e Irffi (2011) nos contam que não tendo resultados positivos, a mina foi extinta em 1758 e os trabalhadores escravizados foram integrados à zona rural e urbana cariense.



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

Diante do exposto até aqui podemos dizer que o processo de conquista do cariri cearense, especialmente do Crato, sob a incumbência da coroa portuguesa, aconteceu atrelado a presença de africanas e africanos, possuidores de técnicas pertinentes a formação do espaço geográfico regional.

Em 1762, através de uma Carta Régia, a Missão do Miranda é institucionalizada como Vila, com isso os índios são levados ao litoral (FARIAS FILHO, 2007). A historiografia eurocentrada assim como busca invisibilizar a presença negra na história cratense também o faz com a indígena. É um processo de tentativa de apagamento que é racista e busca impedir a compreensão do protagonismo social desses povos. Entretanto, ao falar sobre as técnicas na formação do espaço, essas mesmas historiografias abrem caminhos para a problematização e entendimento da realidade dos nossos lugares de forma crítica.

Na primeira metade do século XIX a Vila Real do Crato é marcada pela sobreposição do campo à cidade, sendo assim, o meio urbano era pouco desenvolvido. A agropecuária era a atividade de maior rentabilidade econômica, considerando a predominância da cana-de-açúcar, tendo a rapadura e a aguardente como principais produtos (FARIAS FILHO, 2007). No engenho de cana-de-açúcar, além da arquitetura e da elaboração de utensílios, o trabalho de africanos e afrodescendentes formavam um conjunto de especialidades destinadas ao funcionamento dos engenhos. O conhecimento dessas especialidades nos faz superar a ideia do escravizado como simples fator de produção (CUNHA JUNIOR, 2015).

Na segunda metade do século XIX, o Crato, considerado cidade desde 1853, passa por um processo de transformação urbana com o surgimento de novos equipamentos e a ampliação do comércio (FARIAS FILHO, 2007). De posse de maior poder econômico os ditos senhores de engenho passam a intervir na cidade com a construção de residências (OLIVEIRA, 2008). Não há como pensar criticamente o espaço rural e urbano do Crato desvinculado do protagonismo de africanas/os e afrodescendentes, no que se refere às técnicas arquitetônicas, como a taipa de pilão e a taipa de mão, o adobe, a cantaria, os alpendres, a coberturas em duas águas, as construções em meia parede e também as



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

profissões, a atuação religiosa e política das confrarias, as manifestações culturais que expressam um sentido de ser e estar no mundo essencialmente africano e reelaborado em solo cratense com a diáspora. Exemplo dessa essência africana é a feira livre e tradicional do Crato. A mesma evidencia uma corporeidade que se expressa no som, nos cheiros, nos sabores, na cosmopercepção.

As feiras livres devem ser consideradas como patrimônio cultural negro, por ser uma atividade econômica e cultural desenvolvida milenarmente em África (OLIVEIRA, 2013). A antiga feira semanal cratense ocorria durante a segunda-feira nas ruas centrais da cidade, era um momento de efervescência social, onde eram postos à venda produtos de fabricação local como rapaduras, redes de dormir, utensílios de barro, malas de couro, caçuas, calçados, animais como burros e cavalos, além de uma variedade de quitutes, como doces de frutas (MENEZES, 1961). A feira representa um espaço de existência e resistência da população negra, onde podemos enxergar a mobilidade socioespacial de escravizadas/os de ganho na cidade, especialmente das mulheres negras.

O início do século XX é marcado por intensas transformações urbanas, como a construção da linha da Rede de Viação Cearense. “[...] O edifício da estação ferroviária foi inaugurado em 1926. A chegada do primeiro trem foi um marco de desenvolvimento para o Crato [...] era um edifício grandioso para a época, pelo seu porte e pela sua arquitetura [...] (FARIAS FILHO, 2007, p. 166-8). A estação ferroviária e “[...] o canal do rio Grangeiro delimitavam os bairros mais pobres, tais como os bairros do Pinto Madeira, do Seminário, Alto da Penha, Independência e o Bairro do Batateiras [...]” (OLIVEIRA; ABREU 2010, p. 253).

Não há como analisar criticamente a sociedade brasileira dissociada da questão étnica. O racismo brasileiro é estrutural, é um projeto de exclusão da população negra dos processos sociais que se consolida com o capitalismo racista. A abolição da escravatura partiu, por um lado, da atuação da população negra escravizada, por meio de movimentos de resistência por todo o país e, por outro lado, foi uma ação pensada pela



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

branquitude elitista para genocidar a população negra. Genocídio decorrente de uma política de branqueamento, que ao falhar abre precedente para reformas higienistas, que buscavam segregar negras e negros dos seus espaços de sobrevivência.

Podemos dizer que no Brasil as reformas urbanas em geral possuem um caráter higienista. A abertura ou alargamentos de ruas, as demolições de determinadas residências, as reformas de praças e demais logradouros públicos, até mesmo a mudança do nome de praças e ruas, estão ligadas a um ideário racista. Um exemplo disso é a inauguração em 1921 da Praça 3 de Maio ( atual Juarez Távora). De acordo com Farias Filho (2007) a referida praça “[...] era uma novidade para a época; possuía jardins bem cuidados e um coreto de ferro fundido no seu centro [...]”.

Mesmo existindo africanidades na praça, é imprescindível ressaltar que antes da sua edificação, o terreno e suas intermediações eram chamadas de Largo do Rosário. Segundo Farias Filho (2007) o largo antes mesmo da construção da praça foi diminuído pela metade. Nesse contexto afirma Cabral (1978, p. 121 apud FARIAS FILHO, 2007, p. 121) no século XIX “[...] uma sociedade de negros escravos tentara construir ali uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário. Ficara o plano nos alicerces e o prejuízo não fora total porque o largo e a travessa ganharam o nome da Santa”.

Mesmo o autor da citação falando sobre “prejuízo”, não há como negar a importância que a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos teve na cidade do Crato, ao ponto de ter parte do território com o nome da Santa que veneravam. Do mesmo modo, não se pode negar que as reformas urbanas buscaram apagar da história local a presença negra através da transformação do espaço geográfico. Compreendemos que a negação, invisibilização e expulsão são conceitos materializados espacialmente, e percebemos isso quando refletimos sobre a formação dos bairros negros, estes, são fruto da expulsão de negras e negros do centro da cidade e do campo, que sobem os morros ou ocupam áreas não elitizadas da cidade. De acordo com Cunha Junior ( 2019, p. 64): Bairros negros são lugares físicos - conceituais para repensarmos o urbanismo brasileiro e as relações sociais brasileiras a partir da constituição das cidades formadas dentro da nossa realidade histórica. Lugar físico, pois é o real, são lugares onde habitam



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

populações de pretos e pardos segundo os conceitos do IBGE e que designamos como negros. O lugar onde residem os herdeiros despossuídos do passado escravista criminoso, inseridos nos processos de urbanização brasileira do período do pós-abolição e vivendo a materialização do capitalismo racista [...].

Podemos citar como bairros negros encravados no espaço urbano cratense, o bairro Seminário, o bairro Gisélia Pinheiro (popularmente conhecido como Batateiras), o bairro Vila Alta, o bairro Alto da Pennha e o bairro Pinto Madeira, onde está localizada a Comunidade do Gesso, foco do nosso estudo.

O Gesso é uma comunidade formada majoritariamente por uma população negra, pobre, com pouca escolaridade e cuja a maior parte da renda decorre de “pequenos comércios, prestação de serviços e benefícios sociais”(AMORIM, 2020, p.06). O Gesso surge próximo a linha do trem, fazendo divisa com o bairro Centro, o São Miguel e o Pinto Madeira (FLORENCIO, 2016). O nome da comunidade decorre do fato do local, no início do século XX, ter sido “utilizado como depósito de pedras de gipsita, que vinham de Santana do Cariri, e seguiam para Fortaleza de trem”. Nesse espaço surgiu um aglomerado de casas (AMORIM, 2020). Mais tarde, o local seria utilizado como zona de meretrício. Segundo Florencio (2016, p. 85-6):

É na extensão da linha do trem, próximo ao “campinho do Gesso”, espaço genuinamente masculino, que vários quarteirões compostos por boates, bares, cabarês e casas de jogos, coloriam o baixo meretrício e tornavam turvas as percepções sobre o que é uma vida mundana.

O Gesso “abrigou por cerca de quatro décadas a maior zona de prostituição da Região Sul do Estado do Ceará” (SILVA, AMORIM, 2018, s/p). A transformação do Gesso em zona de prostituição é influenciada pela retirada dos cabarês da Rua Nelson Alencar (FLORENCIO, 2016). O fim do meretrício no centro da cidade, ocorrido em 1960, é fruto de uma política dita moderna (SILVA; AMORIM, 2018) que visa higienizar os espaços públicos. O Higienismo aqui se refere não apenas a acabar com os cabarês do centro, mas também, expulsar uma população indesejada, que era pobre e em sua maioria preta. Florêncio (2016) nos conta que o Gesso era um lugar de efervescência social, em razão das festas que aconteciam durante a noite. Nesse contexto era um espaço propício para



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

os trabalhadores ambulantes, que procuravam o seu sustento com a venda de determinados produtos. Outra questão importante é que por ser zona de meretrício incorporou-se ao local um comércio de vendas de roupas, acessórios, e de oferta de serviço como o de manicure e cabeleireira. Importa também falar sobre jogos de azar, estes, embora presentes no imaginário social como prática ilícita, símbolo da malandragem, compreendia formas lícitas de sobrevivência dos grupos sociais a quem foi negado o direito de uma vida melhor.

Assim, compreendemos que a existência de boates, bares, casas de jogos e mesmo o meretrício figuravam formas de resistência a uma sociedade pautada na marginalização da pobreza, sobretudo de uma população afrodescendente, a qual não era permitida a ascensão social.

Num primeiro momento o Gesso foi estigmatizado por ser uma zona de prostituição e posteriormente por ser local de tráfico de drogas. Nesse processo a linha do trem se torna referência fundamental da segregação socioespacial do Gesso em relação ao restante da cidade “[...] quem morava “da linha do trem para lá” sofria preconceito por morar na zona de prostituição” (AMORIM, 2020, p. 103).

Não é difícil perceber que o Gesso, nos permitam a redundância, lugar de negras e negros, foi por muito tempo esquecido pelo poder público, o que denota a comunidade problemas sociais ligados ao trabalho, renda, infraestrutura urbana e violência. Trata-se de um racismo urbano, no sentido da segregação socioespacial que se evidencia também pelo entendimento do lugar como periferia. Por isso nos respaldamos na base conceitual de bairros negros para analisar e construir narrativas acerca do Gesso.

É preferível ao racismo falar em periferia urbana do que admitir a presença majoritária de uma população negra, que mesmo segregada, espacializa sua cultura (CUNHA JUNIOR, 2013) e encontra formas de solidariedade e afetividade com o lugar. Embora estigmatizado pela sociedade cratense o Gesso possui um patrimônio cultural material e imaterial negro que deve ser visibilizado como meio de valorização da cultura negra local e desconstrução de concepções racistas sobre o lugar.



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

### 3. PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL NEGRO DO GESSO

A concepção de bairros negros insere a população negra nas ideias urbanísticas de produção dos lugares. Não se trata apenas de reconhecer que determinado território é habitado por pessoas pobres, mas considerar que as mesmas possuem uma etnia negra e assim espacializam uma cultura essencialmente africana. Os bairros negros são constituídos por um patrimônio cultural material e imaterial, que permite a construção de identidades coletivas, onde encontramos a afetividade e o sentimento de pertença, mas também a luta pela cidadania, pela visibilidade cultural e também dos problemas sociais (CUNHA JUNIOR, 2019).

No Gesso temos um patrimônio cultural material e imaterial que precisa ser desvelado, favorecendo a construção de narrativas de empoderamento coletivo, através do conhecimento do protagonismo negro. Para representar o repertório cultural do Gesso, no que se refere a esse trabalho, elencamos a linha do trem, a arquitetura antiga, os terreiros de umbanda e os grupos culturais.

Compreendemos a própria linha do trem que divide o território do Gesso e o centro da cidade, como um patrimônio cultural material que guarda essencialmente imaterialidades sociais. Embora símbolo de segregação socioespacial historicamente produzida, a linha do trem pode ser ressignificada ao refletirmos a Comunidade do Gesso como espaço de resistência que se faz pela materialização da cultura. Segundo Farias Filho (2007, p. 168) a Estação ferroviária do Crato, inaugurada em 1926, propiciou o crescimento econômico e conseqüentemente transformações urbanas com o desenvolvimento de novas ruas. “[...] Durante mais de 50 anos, o trem foi o principal meio de transporte de cargas e passageiros do Crato para a Capital do estado e vice-versa”.

Nesse contexto, nos cabe questionar quem foram os trabalhadores responsáveis pela construção da linha ferroviária e pelo funcionamento das estações. De acordo com Cortez (2008, p. 123) a chegada da estrada de ferro foi importante para o enfrentamento dos problemas ocasionados pela seca através da garantia de “emprego à população,



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

sobretudo os mais pobres”, eram estes que faziam a estação funcionar, mesmo em péssimas condições de trabalho.

[...] havia cerca de dois anos e meio que a estação do Crato tinha sido inaugurada. Ao que tudo indica, a estação funcionava com números insuficientes de empregados, o que obrigava o acúmulo de serviços por alguns funcionários. Todavia, mesmo a contragosto, esses homens movimentavam a estação cratense. Dependia deles, em parte, que o trem saísse no horário predeterminado com tudo em ordem, todos prontos para a viagem, malas embarcadas, assentos limpos, reserva de água e lenha suprida (no caso da Maria Fumaça). Se sua movimentação cessasse, certamente iniciaria outra, caótica, e o trem, talvez não perdesse os trilhos, mas ficaria fora de ordem (CORTEZ, 2008, p. 124).

Percebe-se que o funcionamento de uma estação de trem exigia conhecimentos técnicos, portanto, especificidades do trabalho, então executado por uma população pobre e sertaneja. Considerando apenas os trabalhadores do Crato, podemos dizer que eles não moravam nos bairros elitistas, mas, em bairros negros em formação, como o Pinto Madeira e a Comunidade do Gesso que dela faz parte.

É importante analisar a história cratense buscando superar ideias racistas presentes na historiografia tradicional, a exemplo da forma como o Gesso é compreendido, um lugar essencialmente de meretrício e malandragem. Pelo contrário, é preciso vislumbrar o Gesso como espaço de vida de trabalhadoras e trabalhadores negras e negros, que foram segregados historicamente, mas que continuam resistindo. Os objetos geográficos possuem uma essência, significativa para o entendimento da realidade. Assim, a linha do trem que separa o Gesso do resto da cidade pode ser a mesma que une a comunidade em torno da construção de uma nova história, em que a negritude figura como protagonista.



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

Imagem 1: Linha do trem que separa o Gesso do centro da cidade



Fonte: <http://blogs.diariodonordeste.com.br>

Na continuidade da reflexão sobre o patrimônio cultural negro do Gesso, se fez necessário referenciar as casas e sobrados antigos, que ainda estão presentes no local como marca da história. Segundo Silva (2019, p.33) a análise da arquitetura antiga “[...] pode revelar uma realidade escondida através da visibilidade de acervos não inscritos na historiografia oficializada, por ser símbolo dos grupos sociais marginalizados [...]”. Nesse contexto, nos importa vislumbrar nos bairros negros a cultura materializada de modo a visibilizá-la, por meio da pesquisa acadêmica, como um patrimônio negro que deve fazer parte das políticas patrimoniais oficiais.

Algumas das memórias edificadas existentes no Gesso são utilizadas como bares e mesmo casa de prostituição, outras como oficinas mecânicas. Entretanto, a maioria das construções são habitadas por moradoras e moradores mais antigos, que possivelmente têm muito a nos falar sobre a gênese e transformação do Gesso, trazendo à tona suas memórias afetivas.

Algo que merece atenção são as edificações cuja fachada possuem padrões arquitetônicos bem delineados, que associados ao tamanho das construções, a robustez das paredes, ao trabalho com a madeira presente nas portas e nas janelas, nos leva a crer numa certa opulência econômica dos seus proprietários. Tal fato condiciona a



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

maiores problematizações sobre o lugar, em busca de conhecer a geo-história e transformá-la em narrativas de enfrentamento ao racismo. Estão presentes ainda no local casas de taipa de mão e cobertura em duas águas, esta, segundo Weimer (2008) é endêmica da costa setentrional da Angola e da ilha de Madagascar.

Incorporamos também a análise do patrimônio cultural do Gesso a existência de terreiros de umbanda. Segundo Domingos (2015, p. 206-7) “[...] A África é reescrita, criada e recriada dentro das práticas religiosas tradicionais produzidas nos espaços sagrados de Umbanda e de Candomblé [...]”. O terreiro é entendido como “[...] um mundo micro africano onde se encontram as representações religiosas, ancestrais, simbólicas, históricas, sociais, filosóficas no formato brasileiro [...]”. Além dos elementos já elencados, temos a existência de grupos culturais de maracatu, capoeira, dança de coco, que representam os sentidos de ser e estar no mundo de africanas e africanos, os quais foram reelaborados no Brasil com a diáspora forçada.

A linha do trem, as construções antigas, os terreiros de umbanda e os grupos culturais negros carregam materialidades e imaterialidades sociais, cuja análise nos leva a compreensão da forma como a comunidade do Gesso, foi escrita enquanto bairro negro. No processo de conhecimento e reconhecimento da cultura negra, no intuito de pensar narrativas críticas e não racistas sobre o lugar, acreditamos na relevância da educação escolar, especialmente através do Ensino de História, tendo em vista a aplicação da Lei. 10.639/2003.

#### **4.PATRIMÔNIO CULTURAL NEGRO DO GESSO E O ENSINO DE HISTÓRIA**

A Comunidade do Gesso possui em seu território uma escola pertencente a rede municipal de ensino do Crato-Ce, que oferta o ensino fundamental, sendo de suma importância para o acesso de estudantes pobres, em sua maioria negras e negros, a uma educação pública e de qualidade, que lhes permitam criticidade, construção identitária e também mecanismos de ascensão social. Ao conhecer a Comunidade do Gesso, percebemos a existência de um repertório cultural negro, que faz parte da



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

realidade das/os alunas/os e por isso deve ser valorizado e pedagogizado, em especial quando refejetimos sobre o Ensino de História e a efetivação da Lei. 10.639/2003.

O Ensino de História, sobretudo em razão da Lei 10.639/2003, requer formas de combate às injustiças sociais que foram sendo construídas ao longo do tempo, como no caso do racismo. Levando em consideração as bases racistas e excludentes nas quais a sociedade brasileira foi sedimentada, entendemos que as práticas educacionais institucionalizadas, em especial, o Ensino de História, deve assumir uma postura de desconstrução, evidenciando o protagonismo dos grupos étnicos, os quais historicamente foram excluídos, marginalizados e invisibilizados no currículo escolar.

Ao analisarmos a história da educação brasileira, podemos perceber, que o sistema de ensino não referenciava a história da população negra e suas contribuições para o processo de formação do país. “A história da educação presta um desserviço ao não registrar e não problematizar sobre a presença dos afrodescendentes nos sistemas educacionais [...]” (CUNHA JUNIOR, 2001, p. 6).

Dianteda consciência de que a educação escolar é eurocentrada, compreendemos a necessidade de atentar aos materiais didáticos da escola, sobretudo, o livro didático. Segundo Oriá ( 2005, p. 380 apud ORIÁ, 1996 ) os livros didáticos, especialmente, os de história, são carregados de estereótipos acerca de índios e negros, fruto de um pensamento histórico de cunho positivista, que propagou uma história de “[...] grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país [...]”.

A reprodução de uma visão estereotipada acerca da população negra, dificulta ou mesmo impede um dos objetivos mais caros ao Ensino de História, a saber, o reconhecimento da aluna e do aluno enquanto agente histórico. Nesse contexto, podemos questionar: Como fica a situação de estudantes negras/os e indígenas que não se identificam com o perfil do homem branco europeu? Podemos dizer, tais estudantes ficam à margem da história e do seu ensino. Isso sem dúvida é, em parte, responsável pela falta de interesse das/os nossas/os alunas/os pelo Ensino de História, culminando no processo de evasão escolar. Nesse contexto, Oriá (2005, p.380-1) nos atenta: Currículos e manuais didáticos que silenciam e chegam até a omitir a condição de sujeitos históricos às populações negras e ameríndias têm contribuído para elevar os índices de evasão e repetência de



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

crianças provenientes dos estratos sociais mais pobres. A grande maioria adentra nos quadros escolares e sai precocemente sem concluir seus estudos no ensino fundamental por não se identificarem com uma escola moldada ainda nos padrões eurocêntricos, que não valoriza a diversidade étnico-cultural de nossa formação.

A efetivação da Lei 10.639/2003 se torna ainda mais emblemática ao tratarmos sobre os bairros negros. Cunha Junior (2017, s/p apud CUNHA JUNIOR, 2016), aponta que em razão de um processo de exclusão, os bairros negros são vulneráveis socialmente e nesse enredo devemos considerar as “correlações entre a vulnerabilidade das áreas da cidade e os desempenhos escolares”. Essa evidência torna necessária a sistematização de práticas pedagógicas específicas para os bairros negros, a exemplo do estudo do patrimônio cultural material e imaterial (CUNHA JUNIOR, 2017, s/d). O Ensino de História nesses bairros, deve possibilitar uma pedagogicidade não eurocêntrica a partir da realidade das educandas e dos educandos, descortinando o processo histórico do bairro, conhecendo e reconhecendo os artefatos culturais negros e problematizando as problemáticas sociais existentes. Na concepção de Cunha Junior (2017, s/p):

[...]a educação precisa ser pensada tendo como base a realidade de base africana destes bairros negros e das suas relações sociais com o conjunto da sociedade. Pensar estes bairros desde as suas identidades, as suas possíveis afirmações e transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. No âmbito da sua história, que não apenas econômica e nem apenas material. Esta é uma tarefa difícil devido aos obstáculos mentais, conceituais e práticos aos quais estamos ancorados no conjunto da educação brasileira .

Superar o eurocentrismo presente na escola, refletindo sobre o papel preponderante de africanas/os e afrodescendentes para a formação social brasileira e mais ainda, compreender as produções culturais negras no território da escola, deve ser uma atitude política e pedagógica de professoras e professores que buscam formar estudantes críticos e interventores da realidade. Considerando, que o território do Gesso, possui um patrimônio material e imaterial negro, as/os docentes têm a oportunidade de historicizar as especificidades desse patrimônio em sala de aula. Aqui sugerimos duas possibilidades metodológicas, a saber, entrevista e percursos urbanos.



**SALVADOR E SUAS CORES [2021]**  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

A entrevista pode ser direcionada às pessoas de vivência mais antiga do Gesso, no intuito de conhecer suas histórias e suas histórias na Comunidade, os lugares que consideram símbolo de memória e afetividade, sem esquecer de questionar sobre os principais problemas sociais existentes.

Por sua vez, temos os percursos urbanos, estes, partem do caminhar pelo bairro, enquanto parte do mesmo, na busca de apreender as especificidades de sua formação histórica e geográfica. Guiadas/os por essa metodologia, professoras e professores podem trabalhar sobre as construções antigas, as técnicas e as relações sociais a elas inerentes (SILVA; CUNHA JUNIOR, 2019), bem como, refletir sobre os novos equipamentos urbanos, seus usos e significados sociais.

Compreendemos a importância da sistematização da Lei 10.639/2003 para uma educação antirracista, portanto, não eurocentrica, que insira a população negra na história enquanto protagonista. Como ação política e pedagógica o Ensino de História não deve ficar alheio a essa questão, pelo contrário, deve articular medidas que possam repercutir na consciência histórica das/os alunas/os, tendo em vista o reconhecimento da cultura negra local.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Persiste no município do Crato a ideia de que a Comunidade do Gesso é essencialmente zona de meretrício e de tráfico de drogas, desconsiderando o repertório cultural, responsável por forjar a identidade étnica com o lugar. O racismo urbano busca impedir a construção de novas narrativas acerca da comunidade, onde a população negra figure enquanto protagonista. No intuito de superar uma visão deturpada do Gesso, bem como desvelar uma cultura negra, a escola, especialmente o Ensino de História, tem um papel relevante.

Um dos objetivos do Ensino de História é contribuir para que a/o aluna/o se reconheça como agente histórico do seu tempo, propiciando uma análise histórica do meio no qual está inserido. O alcance de tal objetivo, associado aos bairros negros, especificamente



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

a Comunidade do Gesso, pode repecurtir na pedagogicidade do patrimônio material e imaterial como meio de efetivação da Lei 10.639/2003.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Marta Regina da Silva. Coletivo Camaradas: cidade, produção artística e educação. **Revista Educação a Distância**, v. 10, n. 3 p. 101-112, jul./dez. 2020.

CORTEZ, Ana Isabel R. P.; CORTEZ, Ana Sara R. P.; IRFF Guilherme. Atividades Econômicas e trabalho escravo no sul do Ceará: uma análise da segunda metade do século XIX. In: Encontro de Economia do Ceará., 2011, Fortaleza. **Anais eletrônicos...**, 3 IPECE.Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2013/05/ATIVIDADES\\_ECONOMICAS\\_TRABALHO\\_ESCRAVO\\_SECULO\\_XIX\\_IPECE\\_2011.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2013/05/ATIVIDADES_ECONOMICAS_TRABALHO_ESCRAVO_SECULO_XIX_IPECE_2011.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2021.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. **Memórias descarriladas: o trem na cidade do Crato**. 2008. 235 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **A espacialidade urbana das populações negras: conceitos para o patrimônio cultural**. In: Afro patrimônio cultural. SANTOS, Marlene Pereira dos; CUNHA JUNIOR, Henrique (Orgs.) Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2019. p. 49-100.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em debate**, Fortaleza, Ano. 23, v.2, n. 42, p. 1-11, 2001.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Afrodescendência e Africanidades: Um dentre os diversos enfoques possíveis sobre a população negra no Brasil. **Interfaces de Saberes** (FAFICA. Online). v. 1, p. 14-24, 2013.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14 n. 166, p. 106-111, mar. 2015.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Cultura afrocearense. In: **Artefatos da cultura negra no Ceará**. CUNHA JUNIOR et al. (Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 102-132.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros: epistemologia dos currículos e prática pedagógica. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares, Educação, Formação e Crioulidade., 2017, Cidade de Praia, Cabo Verde. **Anais eletrônicos...**, 3 UniCV, 2017.Disponível em: <[file:///C:/Users/CASA/Downloads/galoa-proceedings--coloquio--60311%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/CASA/Downloads/galoa-proceedings--coloquio--60311%20(2).pdf)>. Acesso em: 01 out. 2021.



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. **Religiões tradicionais de base africana no Cariri cearense:** educação, filosofia e movimento social. 256 f. 2015. Tese (Doutorado em Educação Brasileira)-Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato:** evolução urbana e arquitetura 1740-1960. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

FLORENCIO, Lourdes Rafaela Santos. **O “reino da glória” e a moral católica:** memórias sobre a educação feminina e a prostituição na cidade de Crato – Ce. 160 f. 2016. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) -Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

GURGEL, Ana Paula C. **Entre serras e sertões:** a(s) (trans)formação(ões) de centralidade(s) na Região Metropolitana do Cariri/CE. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

MENEZES, Paulo Epídio. **O Crato do meu tempo.** Disponível em: <<https://ufdc.ufl.edu/AA00000260/00001>>. Acesso em: 01 out. 2021.

OLIVEIRA, Alexsandra Flávia Bezerra de. **Feira Livre de Bodocó:** Memórias, Africanidades e Educação. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2013

OLIVEIRA, António José de. Casa de engenho, sobrados e mobílias: a formação do poder da aristocracia rural e urbana de Crato -1790-1890. In: Encontro Internacional de História Colonial, 2008, Caicó, RN. **Anais eletrônicos...**, 2 Encontro Internacional de História Colonial. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>> . Acesso em: 11 abr. 2019.

OLIVEIRA, João César Abreu; ABREU, Roberto Cruz. **Resgatando a história de uma cidade média:** Crato capital da cultura. Revista Historiar, ano II, n. I, p. 244-262, 2010.

ORIÁ, José Ricardo. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.

SILVA, Meryelle Macedo da. **Patrimônio arquitetônico afrocratense:** implicações educativas. 112 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional do Cariri, Crato, 2019.

SILVA, Meryelle Macedo da.; CUNHA JUNIOR, Henrique. Percursos urbanos como forma de pesquisar o patrimônio afrocratense. **GeoTextos**, v. 15, n. 2, p. 199-215, dez. 2019.

SILVA, Ricardo Alves da.; AMORIM, Marta Regina da Silva. **Arte com e para o povo:** a atuação do coletivo camaradas como arma para o empoderamento social. In: Anais do



SALVADOR E SUAS CORES [2021]  
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas  
e da Diáspora Negra nas Américas

III Contemporaneidades: Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos. **Anais eletrônicos...** Crato(CE) Universidade Regional do Cariri-URCA, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/historiaecontemporaneidades/83496-ARTE-COM-PARA-O-POVO--A-ATUACAO-DO-COLETIVO-CAMARADAS-COMO-ARMA-PARA-O-EMPODERAMENTO-SOCIAL>>. Acesso em: 01 out.2021.

WEIMER, Günter. **Interrelações arquitetônicas Brasil África**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul 28 de maio de 2008. Disponível em: <<https://www.ihgrgs.org.br/artigos/membros/G%C3%BCnter%20Weimer%20-%20Inter-rela%C3%A7oes%20Arquitetonicas%20Brasil-Africa.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2021.